



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 07/2021

Cordeirópolis, 02 de março de 2021.

Senhor Presidente
Senhoras Vereadoras; e,
Senhores Vereadores

PROTÓCOLO Nº
00366/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
DATA: 02/03/2021 HORA: 16:17
Autoria: Prefeito Municipal
Assunto: Institui o Programa de Demissão
Voluntária de servidores públicos do
município de Cordeirópolis, conforme

Temos a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de **Vossa Excelência** e seus ilustres pares, o Projeto de Lei que institui o Programa de Demissão Voluntária de servidores públicos do município de Cordeirópolis, conforme especifica e da outras providências.

Alguns servidores da administração pública direta nos têm procurado solicitando acordo demissionário. A Constituição Federal, corroborada pela Lei Orgânica, no entanto, não nos dá amparo legal para tal mister. Assim, pensando nesses servidores, encaminhamos ao Legislativo Municipal, Projeto de Lei instituindo o “**Programa de Demissão Voluntária**” – PDV.

O PDV, como costumeiramente é chamado foi instituído pelo próprio Governo Federal e assimilado por outros órgãos governamentais. Ele não é um programa impositivo, ao contrário, é um meio de dar ao servidor a oportunidade de crescimento em outras atividades profissionais ou setores da economia.

Aderir ao PDV é um ato de livre vontade do servidor, e é com essa filosofia que estamos lançando, dando uma indenização ao funcionário demissionário, a título de incentivo, nos termos do Projeto de Lei em epígrafe.

Sem mais, esperamos contar com o apoio unânime dos **Nobres Edis** à proposta da administração, o que sem dúvidas dará novas oportunidades às pessoas em explorar o mercado e buscar a realização profissional tão almejada.

Tratando-se de matéria de relevante interesse do funcionalismo público municipal, ao submeter o Projeto à apreciação dessa **Egrégia Casa Legislativa**, dada a sua natureza, finalidade e objetivo, contamos com o necessário e irrestrito apoio dos **Nobres Vereadores**, os quais saberão reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação.

continua



Mensagem nº 07/2021

continuação

fls. 02

Concluindo, com o devido respeito, submeto o presente projeto de Lei Complementar à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado em regime de urgência na devida forma regimental

Concluindo com devido respeito, submeto o presente projeto de Lei à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado com urgência na devida forma regimental.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares desta **Egrégia Casa de Leis**, saberão aquilatar a importância do Projeto de Lei em tela, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e real apreço.

Atenciosamente,



José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador **CARLOS APARECIDO BARBOSA**
M.D Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº 11, de 02 de março de 2021.

Institui o Programa de Demissão Voluntária de servidores públicos do município de Cordeirópolis, conforme especifica e da outras providencias.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que apresentou a judiciosa apreciação da Colenda **Câmara de Vereadores de Cordeirópolis** o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito administrativo municipal o **Programa de Demissão Voluntária – PDV** – do servidor público, visando a otimização do quadro recursos humanos do Poder Público e com isso possibilitar o equilíbrio das despesas públicas.

Art. 2º - O período de adesão ao Programa de Demissão Voluntária será até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º - Poderão aderir ao Programa de Demissão Voluntária, os servidores que:

I – aposentados que ainda continuam exercendo suas atividades laborais dentro do quadro funcional setor público municipal;

II – servidores que estejam em período de avaliação probatória;

III – não se encontrarem em afastamento por motivo de doença ou por acidente de trabalho;

IV – estejam, no máximo, até 1 (um) ano da aposentadoria compulsória, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da CF;

V – protocolarem seu pedido de adesão ao PDV, dentro do período constante no artigo 2º.

Art. 4º - O Servidor que aderir ao PDV deverá exercer suas funções normalmente até a data do efetivo desligamento.

I – todos os pedidos deferidos e indeferidos serão devidamente publicados no Diário Oficial do Município e também no sítio oficial

Art. 5º - O servidor que aderir ao PDV terá os seguintes benefícios:

I – aviso prévio indenizado de acordo com a proporcionalidade do tempo trabalhado;

continua



II – recebimento da multa de 40,0%= (quarenta por cento) aplicado sobre os valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - depositados na conta do servidor optante durante todo o seu contrato de trabalho;

III – indenização de férias vencidas e ou proporcionais juntamente com o 1/3 da Constituição Federal;

IV – indenização do 13º salário proporcional;

V – indenização referente a remuneração mensal vigente à época da rescisão, por ano de efetivo exercício, sendo o percentual de :

§ 1.º - 20,00% (vinte por cento) para as adesões ao PDV que ocorrer em até 03 (três) meses após a publicação dessa Lei;

§ 2.º - 15,00% (quinze por cento) para as adesões que ocorrerem após o item anterior

Art. 6º - Considerar-se-á como remuneração mensal a soma do vencimento básico e das vantagens permanentes relativas ao cargo e dos adicionais de caráter individual, devidos no mês em que se efetivar o desligamento.

Art. 7º - No caso de novo ingresso no serviço público municipal, o tempo de serviço considerado para apuração do incentivo, nos termos desta Lei, não poderá ser reutilizado para o mesmo fim ou usufruto de qualquer benefício ou vantagem de caráter e finalidade idênticos a essa lei.

Art. 8º - A autorização para o pagamento das indenizações constantes da presente lei ficará condicionadas à disponibilidade financeira do Município, respeitada a ordem de protocolo de requerimento do agente público.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis